Revista Brasileira de Sociologia do Direito
RBSD
ARTIGO
ISSN 2359-5582

TEORIA E A BANALIZAÇÃO PRAGMÁTICA DO TUDO VALE*

ZAMORANO FARÍAS, Raúl
Professor Titular da Univ. Nacional Autônoma do México (UNAM). Associado ao Centro de Estudos Teóricos e Multidisciplinares em Ciências Sociais (CETMECS). Cátedra de Teoria dos Sistemas Sociais. Membro do Sistema Nacional de Pesquisadores (SIN II) (CONAHCYT/México).
rzamorano61@gmail.com
orcid.org/0000-0002-8277-1970

Submetido em: 10/03/2026
Autor convidado

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir algumas das tendências interpretativas atuais utilizadas pelas ciências sociais em geral e pelas chamadas correntes pós-modernas, que — genericamente — representam a abordagem da maioria dos estudos sociais conduzidos em boa parte da academia norte-americana (ponderando e mensurando a "realidade social") e que permeiam o desenvolvimento das disciplinas sociais, da política e do direito na periferia.Nesse sentido, é interessante notar que boa parte desses trabalhos permanece ingênua e inconsistente, pois as abordagens teóricas e metodológicas utilizadas continuam sendo, por um lado, notoriamente etnocêntricas e, por outro, sua natureza eminentemente causal e prescritiva, resguardadas pela teoria do *vale tudo* ou *pastiche* como recurso supremo diante da ausência de método e teoria sobre os quais basear seus estudos, onde predominam visões românticas, idealistas, voluntaristas e distorcidas do passado, dissociadas do presente e, claro, desvinculadas do futuro.

Palavras-chave
teoria; ciências sociais; pastiche; vale tudo; diferença.

* Este trabalho é parte da discussão teórica levantada no *Seminário Doutoral Cultura, Etnicidade e Poder* (CIESAS México, 1998). Pareceu-me importante tirar o pó em face da banalização e recorrente miséria teórica que atravessa nossos dias e, a sua contrapartida, o triunfo da "opinionologia" e do jornalismo sociológico como "episteme", além da "inflação sistêmica" hoje.

Revista Brasileira de Sociologia do Direito
RBSD
ISSN 2359-5582

THEORY AND THE PRAGMATIC TRIVIALIZATION OF EVERYTHING GOES

Abstract

The objective of this paper is to discuss some of the current interpretative trends used by the social sciences in general and by the so-called postmodern currents, which –generically– represent the approach of most social studies conducted in much of North American academia (weighing and measuring "social reality"), and which permeate the development of social disciplines, politics, and law in the periphery. In this regard, it is interesting to note that much of this work remains naive and inconsistent because the theoretical and methodological approaches used continue to be, on the one hand, notoriously ethnocentric and, on the other, their eminently causal and prescriptive nature, protected by the *anything goes* or *pastiche* theory as the supreme resource in the face of the lack of method and theory on which to base their studies, where romantic, idealistic, wilful, and distorted views of the past predominate, disassociated from the present and, of course, unanchored in the future.

Keywords

theory; social sciences; pastiche; anything goes; difference.

1 INTRODUÇÃO

A banalidade da planura

A transição da sociedade industrial, centrada no trabalho e na exploração, para a sociedade pós-industrial, centrada na terciarização da economia com controle dos serviços e agora a caminhar para a sociedade do conhecimento, ajustada pela informação e produção de conhecimento de nosso tempo, é uma parte indissolúvel da complexidade da *modernidade da sociedade moderna*.

Embora a sociedade contemporânea ainda compartilhe o horizonte de uma teoria do conhecimento marcada pela filosofia kantiana, operando com *juízos sintéticos a priori* que continuam valendo para a determinação de leis no estilo da física e de outras disciplinas científicas (juízos universais e necessários), esses juízos não podem mais ser apenas analíticos, porém também sintéticos, pois devem não apenas ter a capacidade de explicar, mas também de expandir o conteúdo imediato da realidade.

De modo que, no campo das disciplinas sociais, a produção de *verdades hipotéticas plausíveis* (perguntas) passa, necessariamente, por protocolos de validação por meio do reconhecimento *argumentativo da autoria pelos pares*. Como aponta Maturana, essa diferença pode ser formulada a partir do discurso da verificação, ou seja, a ciência é o campo de explicações e enunciados que os cientistas geram por meio da aplicação do critério de validade das explicações científicas.

Portanto, esses juízos sintéticos, que devem ter validade universal e necessária, não podem mais ser baseados na experiência, no sentido de empirismo, uma vez que a experiência fornece apenas o singular (Maturana, 1995, p. 157-194).

O problema é que, a partir do momento em que a teoria do conhecimento empreende a revisão (“desconstrução”) do conceito de verdade e do referente real como critério de cientificidade, ela deriva no protagonismo epistemológico do “discurso” narrativo

endossado pela tecnologia, tal é o caso que a explicação *analítica* e reflexiva perde terreno para a opinião emotiva e técnica dos fatos causais (ou mesmo dos processos).

Nessa lógica, e em termos que não são apenas analíticos, os objetos técnicos tornam-se extensões científicas "fundamentais", como verdadeiras próteses que aumentam as capacidades físicas e comunicativas (substitutos quase funcionais ou projeções sublimadas do eu diante da solidão). No entanto, é o "cientista" que acaba sendo a prótese das *mídias* e dos artefatos técnicos, uma vez que a liberdade prometida pelo desenvolvimento tecnocientífico da sociedade moderna é minada por novas determinações (pacotes computacionais)[1], que vinculam modelos de pensamento e comportamentos formalizadores (CTS)[2], limitando e excluindo a expressão reflexiva do usuário (acesso a informações e dados etc.), mas sem a necessidade de se constituir historicamente neles, é isso que Lyotard quer dizer quando fala da *nova positividade do conhecimento*.

Essa, ao que parece, é justamente a essência das narrativas pós-modernas, onde intelectualmente se vive entre o *pastiche* e o *vale tudo* em uma sociedade como a de *Blade Runner*, com máquinas e prédios cada vez mais inteligentes, mas também com pessoas cada vez mais estúpidas[3].

[1] Hoje, a flexibilidade técnica desse processo se transforma em flexibilidade contratual, e o trabalho garantido é reduzido ao mínimo. Com a tecnologia da informação e a "sociedade do conhecimento", o antiquado trabalho por peça e o trabalho domiciliar ressurgem. Uma espécie de neoartesanato pós-industrial está emergindo, o que também estabelece uma nova forma de cooperação (centrada em novas práticas e habilidades, mas não no conhecimento).

[2] Uma nova corrente de pesquisa empírica em filosofia e sociologia que busca responder à crescente "sensibilidade social e institucional" em relação à necessidade de regulamentação pública das mudanças científicas e tecnológicas.

[3] Neste sentido, Musil (1974) (não fique chateado!).

2 PASTICHE E VALE TUDO

Modelos contra-hegemônicos...

Fredic Jameson (1991, cap. 2) aponta que o desaparecimento do sujeito individual e sua consequência formal, o esmaecimento do estilo pessoal, engendraram a prática universal atual do que se poderia chamar de *pastiche*.

Para Jameson, *o pastiche é como uma paródia, a imitação de uma certa careta, um discurso que fala de uma língua morta (...) uma repetição neutra, desprovida de motivos*. Por sua vez, Rosa María Rodríguez (1998, p. 41) insiste que a crise da modernidade, o fim da força das teorias fortes, nos leva a um vácuo epistemológico, a um buraco de legitimação cujo corolário tem sido o mergulho no niilismo, no relativismo, na banalização e no ecletismo do *vale tudo* (Bunge, 1995). Isso constitui a lógica operacional do discurso pós-moderno. Cinismo vazio elevado hoje a uma categoria epistemológica.

É justamente a banalização e paródia desse radicalismo pós-moderno irrita Todd Jones (1988), que observa que os teóricos pós-modernos não estão preocupados em produzir verdades científicas, mas, sim, em mostrar interpretações arbitrárias acomodadas de acordo com seus interesses e, pior ainda, dedicadas apenas a produzir interpretações de percepções subjetivas formadas pela ideologia do intérprete (opiniões)[4].

Assumindo essas afirmações, observamos que, em geral, as conclusões do trabalho e da pesquisa de alguns teóricos, sociólogos, antropólogos pós-colonialistas – e/ou pós-modernistas – são ingênuas e inconsistentes pelo fato de que as abordagens teórico-metodológicas utilizadas continuam sendo, por um lado, notoriamente etnocêntricas e, por outro, estão bastante próximas da teoria do *vale tudo ou do pastiche* como recurso supremo diante da falta de teoria com a qual fundamentar e problematizam seus estudos.

[4] Onde, naturalmente, cada vez vemos menos o ponto de vista do sujeito (nativo) e mais as opiniões e impressões subjetivas dos *frades da modernidade* que os estudam.

Ao contrário, mais do que reflexão ou análise, o que predomina são interpretações românticas, idealistas e distorcidas do passado, a-históricas, descontextualizadas e dissociadas do presente (o que Thompson denota como a miséria da teoria: 1981) e, claro, sem ancoragem com o futuro[5].

Não se trata de apontar a já extensa tradição de pesquisas destinadas especificamente a testar teses, hipóteses, questões ou problemas elaborados, mas, sim, o caráter trivial, vazio e bastante ridículo dessas investigações, que se assemelham a formas ultrapassadas de filosofia política e que não são nada simpáticas ao conhecimento científico.

Na sociologia, por exemplo, é um clichê o abandono contemporâneo das grandes teorias gerais em favor da micropesquisa, dedicada ao estudo exaustivo de um reduzido domínio empírico, ao "estudo de caso" e ao fragmento social e que, aliás, geralmente só interessam a quem financia a pesquisa ou à tribo acadêmica de pertencimento e militância. Enquanto, na história, *migalhas* são o tema (*Histoire en miettes*) (Dosse, 1987).

Assim, em geral, os efeitos dessa produção "teórica" são lamentáveis, especialmente pelo baixo nível analítico (*história dos de baixo, movimentos sociais*), cuja lógica operacional é o ecletismo e o niilismo como álibi científico – "crítico" – , e onde também se torna impossível articular a problematização dos processos mundiais (complexidade) na alardeada era das comunicações e da globalização, muito menos desenvolver modelos "contra-hegemônicos" – como curiosamente proposto por Spivak (1988) – e menos alternativas diferentes daquelas impostas no passado por outros tipos de pensamento. Tanto que, nesse retorno ao subjetivismo e contra o positivismo, o argumento continua sendo positivista, só que agora a nível "micro" e "corporal".

De fato, e para além do voluntarismo acadêmico, que repete os erros interpretativos do passado – copiando, repetindo e copiando novamente – ou reaviva o subjetivismo

[5] Sobre isso, Popper (1994).

subjetivo dos *corpos subjugados e disciplinados* (Foucault, 1970), é impossível rearticular as disciplinas sociais e enfrentar a atual crise paradigmática que elas acarretam e que as atravessa desde os anos 1970. Ao contrário, abordagens baseadas em correntes empiristas, realistas metafísicas, pós-modernas ou neopositivistas estão ultrapassadas e não são apropriadas para dar conta da complexa realidade sociopolítica e cultural, particularmente de nossa América Latina[6].

3 A PROBLEMÁTICA SOCIAL E SUAS INTERPRETAÇÕES

Casuística e opinología

Neste contexto, atualmente, do ponto de vista da reflexão científica e em termos gerais, podemos distinguir pelo menos três tipos de pesquisas ou estudos sobre problemas sociais. Por um lado, há as investigações que se caracterizam pela conexão incongruente entre a análise teórica e as informações obtidas por meio do processamento dos dados, onde as ferramentas teóricas utilizadas não mantêm relação com os diversos aspectos que tentam descrever. Ou seja, teoria e "realidade" correm em paralelo, separadas uma da outra, por mais que se tente juntá-las no relatório final, relatório ou livro (ciência da casuística e opiniões).

Em seguida, temos outro tipo de pesquisa cuja lógica operacional é orientada pela aproximação e análise do social, histórico e econômico como resultado de uma exaustiva fusão e compilação de informações, bem como ordenação de dados empíricos que, em certas ocasiões, são acompanhadas de algumas explicações teóricas que, no entanto, não ultrapassam sequer os aspectos mais imediatos de um fenômeno social específico em estudo. Essa prática é muito recorrente nas chamadas análises sócio-históricas

[6] Nesse sentido, pensemos no caso da ciência política "hegemônica" que se pratica hoje e cujo sucesso está ligado mais à *sociometria* – como dirá Wright Mills (1985), do que à observação científica e à problematização teórica.

desenvolvidas sob o paradigma da teoria estrutural funcionalista, revolucionária ou conservadora (Marx, Parsons) [7].

Finalmente, o terceiro grupo de pesquisa é composto por estudos em que a indeterminação do elemento tempo predomina nos fenômenos sociais – situação característica dos estudos pós-coloniais, com honrosas exceções como os trabalhos de E. Said e F. Coronil. Por um lado, encontramos pesquisas que não estabelecem claramente os prazos em que o trabalho está sendo feito. Pelo contrário, é geralmente assumido que esses são simplesmente o resultado da soma de uma série de eventos cronológicos (fatos, não processos). Por exemplo, falar sobre o *macondismo* ou pós-modernismo na América Latina, sem se referir especificamente a um período histórico específico para diferenciar seus efeitos e modalidades. Por outro lado, a introdução de recortes históricos centrados em um único aspecto, descolado do contexto e dos demais elementos que lhe dizem relacionados (característicos do pensamento decolonial dito "pós-moderno" e distópico).

Poe essa razão, há uma tendência crescente para esquecer que as coletividades e organizações humanas são necessariamente parte de um mundo maior e mais complexo, de modo que escolher ver o mundo através de um microscópio em vez de um telescópio não representa nenhuma vantagem, sequer constitui qualquer novidade.

Portanto, é óbvio que o problema não pode e não deve residir no fato de que os fenômenos são estudados no nível micro ou macro, mas em fazer as ligações necessárias e problematizar as interações complexas entre ambos os níveis (Hobsbawm, 1997, p. 10). Por exemplo, a tendência pós-moderna para os estudos locais – pós-colonialismo – que, em sua rejeição às explicações totalizantes, acaba ignorando os fatores políticos, ideológicos ou econômicos da estrutura social que condiciona as explicações específicas, geralmente

[7] Onde cada elemento da estrutura social está composto pelas funções sociais que se referem às consequências da operação da sociedade como um todo. Assim, cada parte cumpre uma ou mais funções socialmente importantes requeridas pela sociedade (o todo) para persistir em suas formas atuais.

construtivas arbitrárias – *ad hoc* – e 'críticas', que também frequentemente obliteram ou esquecem os resultados da discussão analítica que permite que certos fenômenos sejam semânticos ao longo do tempo. Esta é uma condição essencial para uma reflexão científica legítima[8].

O resultado dessa tendência obsessiva de tomar o todo – ou coletivo social – e dividi-lo em partes, e concentrar-se no estudo detalhado de seus aspectos mais relevantes, leva à perda da relação com o contexto em que ocorrem, uma vez que essas seções, especialmente as históricas, foram introduzidas, e a única coisa que resta é um exercício hermenêutico subjetivo *ad infinitum* onde, no fim das contas, tudo não passa de interpretação axiológica.

No entanto, e como justificativa, argumenta-se que a parte social ou microssegmento analisado corresponde ao mesmo processo ou totalidade social que foi desmembrada, bem como que justamente isso nos permite concentrar-nos no estudo detalhado daquele momento (movimento, história de vida ou evento particular e subjetivo), sem nos preocuparmos minimamente em oferecer uma chave para a compreensão – e não apenas compreensão – dessa relação e de sua causalidade. Partindo do pressuposto de que é dos fatos – objetos – que derivam as relações causais (objetivação e reificação), sem problematizar, esclarecer ou reconhecer em que medida estas são construídas pelo pesquisador.

De fato, é comum nesse tipo de análise enfatizar as manifestações anedóticas e pitorescas do objeto estudado, mas em total desconexão com aspectos como as relações e *condições de possibilidade*, poder, produção e seus correspondentes efeitos sociopolíticos (sem falar na correspondente *semântica conceitual e estrutural*: Koselleck).

[8] Pensemos no rigor analítico das diferentes formas simbólicas cristãs medievais, desde as heresias populares ao purgatório, que não tem paralelo com nenhum estudo etnológico, antropológico ou sociológico ao uso (Hobsbawm, 1997, p. 94-193).

Nesse sentido, a abordagem teórica dos fenômenos sociais exercida pelos formadores de opinião pós-modernos e alternativos assemelha-se muito ao cânone clássico do estruturalismo. Frequentemente 'apoiados' por uma metodologia de pesquisa casuística e anedótica, isto é, por uma coleta delirante de dados e informações, anedotas e situações espetaculares (ainda que periféricas à pesquisa), buscam fundamentar e ilustrar a situação em estudo por meio de pesquisas conjunturais onde, é claro, argumenta-se que o que se busca é a *explicação do particular*, do "*face a face*"[9], *de baixo, e não das macro-explicações teóricas totalizantes*, cultuando – "revolucionariamente" – o fukuyamaismo huntingtoniano do fim da história, a morte de ideologias e metanarrativas, sem sequer pensar por um momento que a morte turbulenta das ideologias é, em si mesma, uma ideologia.

De tal forma que o "modo científico" de atuação desses teóricos é que, uma vez obtidas as informações sensacionalistas*, o pesquisador face a face*, aquele que se suja da realidade, se esforça, como aponta Jones, para publicar um livro, vender milhões de exemplares e, se possível, acabar na tela do cinema, endossado, se não pela academia, pelos donos da *mediocridade de massa,* sem nunca ter se dado ao menos ao trabalho de explicitar sua chave para a leitura e as relações conceituais de seu estudo[10].

[9] [...] "cara a cara" [...]. No início da minha aproximação com a antropologia, ouvi repetidamente esse ponto de vista expresso pela Dra. Gabriela Vargas e seu marido Igor, no Seminário: Cultura, Etnia e Poder – CIESAS 1998. É preocupante que um antropólogo não perceba que essa fórmula primeiro reduz a antropologia a uma mera técnica de "impacto" e depois parece estar mais preocupado com o impacto jornalístico e a possibilidade do "best-seller etnográfico", cujos eixos articuladores se concentram em interpretações psicológicas, emocionais, individualistas, geralmente irrelevantes para o estudo, mas que constituem a técnica de apresentação desse tipo de pesquisa.

[10] Diversas instituições acadêmicas me solicitaram, recentemente, para que me pronunciasse sobre projetos de livros para eventual publicação, cujos temas de estudo giram em torno de problemas das transições políticas, cidadania e história, e devo dizer que é lamentável não só a baixa qualidade e o nível de reflexão destes, mas para verificar como minhas observações, por mais ácidas que pareçam, são confirmadas nos referidos escritos.

4 DA UNIVERSIDADE À TELA

"Sujar-se com a realidade"...

Para Vattimo (1983), Beverley (1996) e outros, a *mídia* hoje tem grande influência em relação à disseminação e ao tipo de conhecimento a ser disseminado.

A poderosa influência da *mediocridade de massa* (os chamados meios de comunicação de massa) na sociedade moderna e o caráter empresarial, cada vez mais evidente, influenciam definitivamente as disciplinas sociais. Isso se traduz em uma tendência crescente entre os pesquisadores, que se concentram em coletar uma série de elementos espetaculares que lhes permitam preparar uma publicação, a qual atraia a atenção de potenciais leitores, para que o trabalho final se torne um *best-seller* acadêmico, que se projete para o mercado por meio de conferências, convites para palestrar sobre o tema, artigos para jornais e revistas, além, é claro, de consultorias e conversas. Obcecados com a dimensão textual de suas pesquisas, o ponto de rejeitar a possibilidade de estabelecer qualquer relação entre texto e contexto (Ginzburg, 2001, p. 91), situação que na América Latina é ainda agravada pela crescente mercantilização das relações educacionais, pela atomização da pesquisa científica dentro das universidades[11] e pelo crescimento exponencial da opinionologia.

Se para as disciplinas sociais, particularmente na sociologia, na antropologia e na história, o objetivo central é o conhecimento e o desenvolvimento dos fenômenos sociais em sua totalidade[12], ou seja, buscar o conhecimento das transformações materiais das

[11] Atualmente, uma parte significativa dos projetos de pesquisa científica realizados no interior de instituições de ensino universitário recebe financiamento externo, oriundo do Estado ou também de empresas privadas que canalizam o financiamento do Estado (as famigeradas ONG) ou mesmo de empresas privadas (bancos, associações empresariais), que são condicionadas pelas exigências pragmáticas do mercado. Certamente, o sistema científico-educacional perde sua condição existencial por excelência e a Universidade deixa de ser a *universitas* para se transformar em uma empresa produtora de conhecimento para o mercado e para a *mídia*. A esse respeito, Zamorano Farías (2004).

[12] O conceito de cultura, entendido como um conjunto de singularidades formais relativas ao conteúdo fundamental de sua formação socioeconômica, é crucial do ponto de vista metodológico, pois essas disciplinas conduzem suas

sociedades do passado, é paradoxal que essas abordagens analíticas pós-modernas revelem um interesse desproporcional por objetos de estudo não convencionais e insistam em se concentrar na anedota ou no pastiche eclético como meio de estudo, recurso explicativo.

5 FATOS, TOTALIDADES E PARTICULARIDADES NA ANÁLISE SOCIAL

O campo histórico é indeterminado
com uma só exceção:
é tudo o que está dentro do que realmente aconteceu.
(Veyne, 1984)

Eric Hobsbawm aponta que no passado pré-acadêmico poucas coisas impediam que a invenção histórica fosse disseminada como verdade (geralmente constituindo o mito fundador das culturas e nações). No entanto, atualmente, tais invenções, depois de terem sido profusamente desacreditadas e reveladas pela pesquisa científica e histórica, estão agora irrompendo, apoiadas pela própria academia, pelo chamado movimento pós-moderno, que vem seduzindo com seu discurso e práticas desconstrutivistas amplos setores das disciplinas sociais, aos quais até a literatura é imposta, estudos culturais e decoloniais (e, atualmente, de gênero).[13] Portanto, a permanente distinção entre ficção e realidade, entre fatos como verdades históricas e interpretação de fatos como opinião, se sobrepõem,

observações com base fundamentalmente nas formas culturais de uma sociedade (humanismo antropocêntrico). A antropologia, por exemplo, sem distinguir entre suas diferentes disciplinas (antropologia social, antropologia sociocultural, etnologia, folclore), dedicou-se, de fato ao estudo dos povos vivos. O mesmo pode ser dito das demais disciplinas sociais, especialmente da sociologia.

[13] Esquecer, ou mesmo interpretar mal, a história é um fator essencial na formação de uma nação, razão pela qual o progresso dos estudos históricos é frequentemente um perigo para a nacionalidade (Ernest Renan, citado por Hobsbawm). Inevitavelmente, a versão nacionalista da história das nações está repleta de anacronismos, omissões, descontextualizações e, em casos extremos, mentiras (Hobsbawm, 1997, p. 270, 271). Nesse sentido, considere o que aconteceu com a historiografia em um país como o Chile: é reconhecido como uma verdade histórica (um fato: Hobsbawm) que em 11 de setembro de 1973, houve um golpe de Estado realizado pelos militares e seus parceiros nacionais e internacionais contra um governo constitucional e legalmente constituído. São inúmeras as interpretações deste acontecimento, que é histórico (porque aconteceu): desde as interpretações nostálgicas e autoculpabilizantes dos vencidos (nostálgicos), até aquelas que, seguindo o oportunismo do chamado 'consenso histórico nacional' (apologistas), inventam e afirmam a tese do suicídio de Salvador Allende G., entre outras mitologias.

obliterando a reflexão e constituindo, justamente, um problema de vital importância para a pesquisa científica (Hobsbawm, 1997, p. 272).

Obviamente, a sociedade é um fenômeno único, onde separar seus diferentes aspectos certamente representa uma tarefa muito difícil. É claro que, para fins analíticos e de pesquisa, é possível abstrair metodologicamente algumas das categorias do fenômeno a ser estudado. No entanto, justamente essa operação de abstração exige explicações acabadas e rigorosas (não *ad hoc*), chaves explícitas de leitura por parte do pesquisador, que deve evidenciar os critérios que auxiliam a observação, análise e avaliação dos resultados obtidos que, fazendo parte da análise social, são passíveis de avaliação, escrutínio, crítica a outros pesquisadores e cientistas sociais, e não apenas "crítica social" e ideologia (McCarthy, 1992).

Percebe-se, ainda, que existem diferentes referenciais teóricos para a realização dos estudos sociais, de modo que o problema está justamente em avaliar as possibilidades que essas teorias – teorias – têm de fornecer uma metodologia que permita uma abordagem mais ou menos ajustada ao objeto de estudo. Assim, sem negar a enorme importância dos elementos e processos que ocorrem e se desenvolvem em diferentes níveis, como ideologia, consciência de classe, crenças, valores e outros elementos, qualquer análise séria deve considerar, primeiramente, as formas e condições em que os membros de uma sociedade buscam se organizar em torno dos processos produtivos de suas sociedades – como se reproduzem – e, em função da reprodução de sua própria existência (Marx), de sua reprodução, geram e produzem uma certa ordem social.

Por exemplo, se quisermos entender a categoria cultura a partir do paradigma do materialismo histórico, devemos contemplar especificamente dois aspectos. Por um lado, a que se refere à pesquisa científica, onde a própria definição de cultura permite a implementação de uma metodologia congruente para as disciplinas das ciências sociais que lidam com o estudo desse aspecto da sociedade e, de outro, a que se refere à

instrumentalização dos conhecimentos assim obtidos, o que possibilita a análise das particularidades dos processos sociais, através de suas diversas etapas transformadoras, enriquecendo o manejo das relações fundamentais que operam em cada fato histórico-social (nesse sentido, falamos de uma observação de segunda *ordem*, pois, aqui, o que se faz é reconstruir o modo como outro observador observou determinado fenômeno ou, também, da *história conceitual*)[14].

Se reconhecermos que o conhecimento da realidade, seja na forma de sociologia, história, antropologia ou qualquer outra disciplina social, é uma verdadeira criação e não a aceitação da primeira coisa que vem em nosso caminho, toda vez que saímos da calçada para nos *exercitarmos cara a cara ou sujos de realidade*, então, seremos capazes de encontrar uma maneira de entrar na calçada. Ao contrário, reconhecemos o caráter construtivista de nossas observações, reconhecemos que a realidade não se apresenta, que o que fazemos é reconstruir uma parte dela, tornar a complexidade mais complexa, apreender a contingência, o que obviamente implica um esforço criativo do pesquisador em termos de conhecimento e, também, representa o enfrentamento do problema do método, o problema de *como* a realidade é construída e, em última análise, como ela é possível e como uma observação científica é construída[15].

Ora, se a realidade nos é apresentada de forma "distorcida", "confusa" e mutável, é obviamente necessário interrogá-la de maneira apropriada, *sutilmente* –como diria o sutil John Duns Scotus (1266-1308), e com as ferramentas pertinentes, hierarquizando, organizando nossas categorias e conceitos. Caso contrário, é fácil acabar dando respostas óbvias, pitorescas, anedóticas, ingênuas, se não inventadas ou distorcidas, mas sempre *ad*

[14] Sobre isto Luhmann (1991) e Koselleck (1986, 1993).

[15] É evidente que uma das premissas básicas de um estudo científico começa com uma definição rigorosa dos conceitos e categorias utilizados para dar conta do processo social que o pesquisador está tentando analisar (conceito: ideia abstrata que representa um aspecto do mundo social de forma ideal e simplificada, mas que constitui um limite).

hoc em decorrência da impotência intelectual e da falta de uma base teórico-metodológica consistente.

Diante da variedade de ofertas teóricas e alternativas, é necessário também decidir sobre o modelo a ser escolhido no esforço de conhecer um dado processo histórico-social. No entanto, nem todos os modelos teóricos permitem explicar e problematizar fatos e realidades sociais com a mesma qualidade. Nesse sentido, há formulações teóricas que ampliam o campo de estudo, permitindo, assim, aprofundar as raízes dos processos que estamos analisando (Polkinghorne, 1983; Dray, 1964; Luhmann, 1986,1991).

Isso nos obriga a estabelecer hierarquias nas diferentes correntes teóricas e, ao mesmo tempo, a compreender que diferentes níveis de observação e conhecimento podem ser realizados a partir dessas diferentes correntes. Por um lado, a partir de uma análise empírica de uma sociedade é possível coletar uma série de dados sobre certos aspectos dela, como censos populacionais em uma determinada região ou período. No entanto, se o estudo parar nesse nível, obviamente obterá conhecimento parcial e limitado, que pode ser enriquecido na medida em que é combinado com outros dados e informações empíricas (crise, conflitos, desenvolvimento). No entanto, é aqui que algumas interpretações teóricas, como o estrutural-funcionalismo, começam a mostrar suas fragilidades, pois em sua aplicação conceitual e metodológica dão pouca atenção a esse tipo de categorias analíticas como mudança, crise, complexidade, contingência e incerteza social.

Por outro lado, o mesmo ocorre com as formulações weberianas, baseadas em "modelos/tipos ideais". Ou seja, em uma separação absoluta da realidade e na criação de articulações teóricas que busquem submeter processos histórico-sociais concretos aos parâmetros de um quadro de referência construído "idealmente" pelo pesquisador. Aqui, por exemplo, reside uma das diferenças com as teorias construtivistas e, particularmente, com a teoria geral dos sistemas sociais, onde, embora um tipo ideal seja assumido como pano de fundo, é de natureza operacional reflexiva.

No entanto, quando as ferramentas essenciais do trabalho científico – os conceitos – são indefinidas ou abrangentes, elas também podem ser usadas para manipular a realidade por meio de uma série de piruetas epistemológicas, de acordo com os interesses de grupos sociais específicos. São deformações e invenções ideológicas, interpretativas que negam, ocultam, confundem ou banalizam 'causal e objetivamente' o funcionamento operativo da sociedade, sobretudo quando o conhecimento assume agora um papel mais tecnofuncional (CTS), que no plano teórico se reflete no ataque sistemático aos pilares da episteme moderna e cujo lugar passa a ser ocupado por um discurso atomista e ideológico ou, por algo como um ideal de conhecimento disperso, focado no particular e na rejeição de qualquer abordagem estrutural que dê conta do sentido das coisas.

6 *HISTORIE* A REALIDADE SOCIAL

Vale tudo...

Precisamente, a versão mais radical do atomismo que parece impor *o pastiche* e *vale tudo* está intimamente relacionada ao ataque à historicização de dois processos sociais que constituem dois elementos principais dos estudos da realidade social.

Lembremos que, no processo de *historicização* do conhecimento, destacam-se três aspectos centrais: *a)* tanto os próprios conceitos quanto as formulações que deles se originam para dar conta da realidade são limitados ou mutáveis, pois correspondem a momentos históricos particulares das ciências sociais (Koselleck, 1993). Assim, eles podem ser reformulados ou simplesmente deixados de lado à medida que novos elementos científicos são incorporados à análise (Hobsbawm, 1997). *b)* Isso implica entender os processos e organizações sociais como elementos mutáveis, em movimento contínuo.

O importante, então, é identificar a etapa correspondente do processo em estudo para dar conta de suas características. Assim, a única coisa que é permanente nos processos

históricos é a mudança (Luhmann, 1991). Por fim, *c)* dar um caráter histórico ao estudo do conhecimento tem um significado que não pode ser ignorado pelo pesquisador, ao contrário, por meio desse processo é possível descobrir novos elementos ou aspectos fundamentais que nos permitem analisar as tendências presentes e possíveis futuras do fenômeno social em estudo.

Assim, a simples coleta de dados históricos ou etnográficos sobre um povo, uma "classe social" ou um gênero não é suficiente para alcançar o conhecimento se eles não estiverem ligados entre si com o processo social.

Em suma, o tema deve ser abordado como um processo de formação. Isso evita que fiquemos presos a simplismos teóricos onde dados ou conceitos gerais se tornam anedóticos e situações particulares, vazios de conteúdo, por não incluírem as características específicas e relevantes do estudo, "mas sim um discurso crítico e combativo politicamente correto".

7 CONCLUSÃO

ou a planicidade da banalidade.

(Nexus)

Como já foi apontado, para os teóricos do *pastiche e do pós-moderno vale tudo*, em geral, a ciência moderna parece representar um vácuo, algo que não existe mais e cujas categorias se tornam obsoletas diante de toda a "complicação social" e do surgimento das diferenças[16].

É nessa lógica que os teóricos do subalterno, por exemplo, a partir da pesquisa *face a face* e do resgate do *outro*, "insinuam" a possibilidade de criação de um novo bloco histórico, potencialmente contra-hegemônico diante da hegemonia totalizante e normativa

[16] Entretanto, ¿até que ponto a apologia à diversidade acaba por alienar a agência política, como Jameson corretamente salienta?

(Guattari, 1989)[17]. No entanto, sua abordagem descritiva das mudanças trazidas pela globalização e pelas novas tecnologias (CTS), é incapaz de rearticular e modificar as práticas institucionais e, ao invés de produzir análises e *dar voz aos sem voz*, representa o sério perigo de se tornar uma espécie de costumbrismo pós-moderno.

Isso não significa desconhecimento das diversas correntes teóricas que, de uma forma ou de outra, nos permitem abordar algum tipo de conhecimento da realidade. No entanto, também devemos alertar que a existência de atitudes como as citadas acima não é menos verdadeira, onde é muito frequente a combinação arbitrária – sincrética – de categorias de diferentes referenciais teóricos, porém que não conseguem superar as fragilidades teóricas encontradas na análise social, mas, ao contrário, reproduzi-las de outras formas; agora chamado de "pluralismo epistêmico", que agora ultrapassou o âmbito acadêmico para inundar as páginas dos jornais (essa nova forma de cientificidade jornalística: uma profissão bem-sucedida de *opinólogos*)[18].

Tanto é que esse tipo de sincretismo teórico, além de fechar a porta para um ou mais problemas de pesquisa, representa a falência e *a miséria da teoria diante da política do vale tudo* e do *pastiche* como único recurso diante da impotência intelectual e, nesse contexto, tanto da teoria crítica, quanto da teoria da impotência intelectual. Quanto às *perspectivas pós-modernas* e *subalternas*, elas constituem um dos discursos mercantis mais utilizados pela indústria ideológica global, especialmente da chamada “nova” esquerda.

[17] A este respeito, ver Guha e Spivak (1988). Lembremos que os problemas identificados por estes teóricos giram fundamentalmente em torno das limitações do nacionalismo populista e da teoria da dependência, da insuficiência do Estado nacional tradicional, da crítica às instituições e do historicismo eurocêntrico, além de ser uma dura crítica à *apologética* modernizadora.

[18] A fim de aprofundar a questão política e a perda de centralidade do sujeito, ver Zamorano Farías (1999).

POST SCRIPTUM

No final do século XX, a racionalidade deixou de ser identificada com a certeza, e a probabilidade com a ignorância. Contingência e/ou probabilidade passou a ser identificada com a complexidade que, como potencial, gera diversas possibilidades, embora nunca certezas. Simultaneamente, no campo específico das disciplinas sociais, surgiram questões que afetam não apenas um ou outro método de pesquisa ou teoria de maior ou menor alcance, mas também a totalidade do conhecimento construído.

Nessa perspectiva, os desafios que a análise sociológica enfrenta hoje, ao mesmo tempo que transcende as ontologias explicativas clássicas da razão, apontam para uma das questões fundamentais de seu objeto de estudo: o problema dos limites da sociologia, seja da perspectiva da própria disciplina, seja da perspectiva dos limites da sociedade. Em outras palavras, como definir claramente o que é social, como o significado da realidade social é forjado/codificado e qual é a sua origem?

Se a sociedade moderna caracteriza-se pela sua diferenciação funcional, por outras palavras, alcança a sua unidade através da diferença (Luhmann, 2007), e se descreve como policontextual, isso significa que ela é descrita com a ajuda de uma multiplicidade de distinções, servindo ao mesmo tempo as *distinções* com que um observador designa seus objetos para distingui-lo de seus objetos e situá-lo em um espaço não marcado (*unmarked space*), a partir do qual ele pode observar algo, mas não sua ação de observar (Luhmann, 2013, p. 219).

A universalização e o fechamento operacional são pré-condições semânticas e comunicativas para a diferenciação de sistemas funcionais operacionalmente fechados (Luhmann, 1979, 1991, 1995a, 2007). Assim, por exemplo, a diferenciação e a estabilização do sistema do direito tornam-se um pressuposto da sociedade moderna, um processo que gera essencialmente a ampliação das possibilidades de ação, de modo que a ligação ponto

a ponto com um passado de hábitos e costumes (a totalidade) não é mais possível de controlar, o que certamente elimina a dependência de um em relação ao outro para, finalmente, constituir o direito como sistema autônomo (Luhmann, 2002).

É exatamente por isso, a diferenciação do direito torna-se possível quando assume a forma de um programa condicional e, portanto, envolve um nível efetivo de indiferença à diversidade (meio ambiente). Consequentemente, em sociedades funcionalmente diferenciadas, essa lógica operacional também evidencia suas limitações, uma vez que estabilidade e instabilidade, conservação e mudança, conflito e integração não são mais produzidos como categorias antitéticas. Ao contrário, mostram claramente que o direito não resolve conflitos, mas apenas gera e define um arcabouço dentro do qual os conflitos podem ser implantados, desenvolvidos e tematizados. Basta dizer que a evolução do sistema social, chamado sociedade, produz uma ordem contingente altamente improvável.

Portanto, hoje cientificamente temos que assumir que o desenvolvimento de as *distinções*, isto é, da substituição de identidades firmes (totais), deve sua plausibilidade a sua adequação às estruturas sociais (Luhmann, 2013, p. 223) e sua relação com a semântica de uma sociedade cujas formas de diferenciação funcional sistêmica se atualizam a cada momento.

Se *na modernidade da sociedade moderna* a perda de certezas é aceita e a contingência é reconhecida, onde tudo é possível, mas não necessário, o simples fato de isso ser comunicado pressupõe o reconhecimento da arbitrariedade, mas uma arbitrariedade entendida como sinal de ordem para observar ou observador que observa (Spencer Brown, 1979; Luhmann, 2015).

No entanto, o problema científico reside quando a reificação de um tipo de comunicação científica se torna salvífica, quase teatral, normativamente axiológica, bem como "crítica" e "politicamente correta", de modo que não requer mais esclarecimentos

conceituais, mas apena crenças ou *conceitos esponjosos* para 'explicar' o transcendental, o geral e também o todo do todo (Bachelard, 2013, p. 66-87), exacerbando valores, aquela fome insaciável a priori, que curiosamente passa despercebida pelo sentido sempre agudo da "crítica epistemológica".

Assim como o sociólogo que confunde lei com justiça, a "crítica epistemológica" privilegia o observador de primeira ordem, que descreve a "coisa" protegida por sua subjetividade "objetiva" e que, consequentemente, assume-se como portador de um conhecimento superior (Teoria crítica), pois sabe como e o que prescrever, reformar e administrar a sociedade (universalismo humanista)[19]. Um descritor crítico e moralmente competente, com ímpeto impecável e uma perspectiva de visão insuperável, que pode aumentar o debate ideológico, mas se torna cientificamente improdutivo, útil apenas às seitas (Luhmann, 1992).

Inversamente, assumir a diferença e a ironia cibernética tira a aparência de subjetividade o solo dos pés ao dissolver o eu e logo fazer que retorne o observador (Sloterdijk, 2011, p. 80-83), só que isso pressupõe desenvolver uma cultura da complexidade para além de acreditar que a complexidade só leva à eliminação da simplicidade (Morin, 1994, 1999), sobretudo se se reconhecer que os conceitos carregam sempre com um paradoxo de base, porque enfrentam o problema da probabilidade do improvável (Luhmann, 2007, p. 325-326).

Trata-se de pensar como se constrói e se integra o desdobramento das possibilidades, de modo útil para desbloquear a situação, e não apenas através da desintegração ou redução do paradoxo que não se compreende, ainda mais quando sabemos que o espírito da contradição e o gosto pelo paradoxo estão todos dentro de nós (Von Goethe, 2018), No

[19] Reflexão instalada no 'Painel de Encerramento 1'. I *Congresso RELASCC*, Brasil 2024. Além do mais, veja Zamorano Farias (2021).

entanto, enquanto se continue apelando à lógica da verdade objetiva (teoria econômica), das negações e dos opostos (teoria crítica), das relações causais e eficientes (escolha racional), das essências e preeminências do sujeito mítico ou do objeto imaculado (sociologia), o que é oferecido como 'ciência' não pode estimular o progresso teórico, mas apenas fases de excitação e de exaustão que dependam do teor descritivo ou exegético da coisa em si.

Se o impossível for postulado como necessário, o problema não consiste então no abismo que pressupõe existir entre a teoria (abstrata) e a práxis (concreta), mas sim na evolução e construção de uma complexidade mais rica que pressupõe linhas divisórias, e só assim o mundo pode observar-se a si mesmo (Luhmann, 1985, p. 194-199).

Agora se esses pressupostos forem levados a sério, observa-se que em os sistemas operacionais são constantemente confrontados com cenários de incerteza que advêm da forma como o problema da complexidade é observado e analisado. Além de isso, reconhecer a diferença como uma possibilidade criativa, estimula o pensamento e pensar, como dizia Heidegger, significa agradecer e, também, significa respirar (Sloterdijk, 1999).

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **La formación del espíritu científico**. Contribución a un psicoanálisis del conocimiento objetivo. México: Siglo XXI Editores, 2013.

BEVERLEY, John. Estudios culturales y vocación política. **Revista de Crítica Cultural**, Chile, n. 12, jul. 1996.

BUNGE, Mario. **La ciência:** Su método y su filosofia. Buenos Aires: Aditorial Sudamericana, 1995.

CORONIL, Fernando. **The Magical State**: Nature, Money and Modernity in Venezuela. Chicago: Chicago University Press, 1997.

DERRIDA, Jacques. **De la gramatología**. Mexico: Siglo XXI Editores, 1973.

DOSSE, François. **Histoire en miettres**. Paris: Éditions la Découverte, 1987.

DRAY, William. **Laws and explanation in history**. Oxford: Oxford Clarendom Press, 1964.

FOUCAULT, Michel. **La arqueología del saber**. España: Siglo XXI Editores, 1970.

GINZBURG, Carlo. El ojo del extranjero. España, Archipiélago – Cuadernos de Crítica de la Cultura, n. 47, p. 85-93, 2001.

GUATTARI, Felix. **Cartografías del deseo**. Chile: Francisco Zegers Editor, 1989.

GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri. **Selectec subaltern studies**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

HOBSBAWM, Erick. **Sobre la historia**. Barcelona: Crítica, 1997.

JAMENSON, Fredic. **El posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo avanzado**. Barcelona: Paidós, 1991.

JONES, Todd. Interpretative Social Science and the "Native"s Point of View: a Closer Look. **Philosophy of the Social Science**, v. 28, n. 1, p. 32-68, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passato:** Per una semantica dei tempi storici. Bologna: Casa Editrice Marietti, 1986.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado**. Para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1993.

LUHMANN, Niklas. **Potere e complessità sociale**. Italia: Il saggiatore, 1979.

LUHMANN, Niklas. The sociological approach to the theory and practice of law. **Anales de la Cátedra Francisco Suárez**, España, n. 25, 1985.

LUHMANN, Niklas. Complejidad y Democracia. *In*: CUPOLO, Marco (org.). **Sistemas políticos**: temas del debate italino. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1986.

LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociales**. Lineamientos para una teoría general. Ciudad de México: Alianza Editorial, 1991.

LUHMANN, Niklas. El ocaso de la sociología crítica. **Revista Sociológica**, v. 7, n. 20, 1992.

LUHMANN, Niklas. **Obsservazione sul moderno**. Italia: Armando Editore, 1995.

LUHMANN, Niklas. **La sociedad de la sociedad**. Ciudad de México: Herder, 2007.

LUHMANN, Niklas. **La moral de la sociedad**. Madrid: Trotta, 2013.

LUHMANN, Niklas. **Comunicaciones y cuerpo en la teoría de los sistemas sociales**. México: La Biblioteca, 2015.

LYOTARD, Jean. F. **La condición postmoderna**. Madrid: Cátedra, 1989a.

LYOTARD, Jean F. Qué era la posmodernidad. *In*: CASULLO, Nicolás. **El debate modernidade:** La modernidad. Buenos Aires: Punto Sur, 1989b.

MATURANA, Humberto. La ciencia y la vida cotodiana: la ontología de las explicaciones científicas. *In*: WATZLAWICK, Paul; KRIEG Peter (comp.). **El ojo del observador:** Contribuciones al constructivismo. Barcelona: Editorial Gedisa, 1995.

McCARTHY, Thomas. **Ideales e ilusiones**. Reconstrucción y deconstrucción en la teoría crítica. Madrid: Tecnos, 1992.

MORIN, Edgar. **Introducción al pensamiento complejo**. Barcelona: Gedisa, 1994.

MORIN, Edgar. **L"intelligence de la complexité**. Paris: Éditions L"Harmattan, 1999.

MUSIL, Robert. **Sobre la estupidez**. Barcelona: Tusquets Editores, 1974.

POLKINGHORNE, Donald. **Methodology for the human sciences**: Systems of Inquiry. New York: Albany State University, 1983.

POPPER, Karl. **La miseria del historicismo**. Madrid: Alianza, 1994.

RODRÍGUEZ MAGDA, Rosa. Transmodernidad, neotribalismo y postpolítica. *In*: RODRÍGUEZ MAGDA, Rosa; ÁFRICA VIDAL, María (ed.). **Y después del postmodernismo ¿qué?** Barcelona: Anthropos Editorial, 1998.

SAID, Edward. **Orientalismo**. Madrid: Libertarias, 1978.

SLOTERDIJK, Peter. Die Kritische Theorie ist tot. Brief an Assheuer und Habermas. **ZEIT Digital**, set. 1999.

SLOTERDIJK, Peter. **Sin salvación**: Tras las huellas de Heidegger. Madrid: Akal, 2011.

SPENCER-BROWN, George. **The laws of form**. New York: E. P. Dutton, 1979.

SPIVACK, Gayatri. **In Other Words**: Essays in Cultural Politics. Londres: Routledge, 1988.

THOMPSON, Edward P. **Miseria de la teoría**. Barcelona: Crítica, 1981.

VEYNE, Paul. **Cómo se escribe la historia:** Foucault revoluciona la historia. Madrid: Alianza, 1984.

VON GOETHE, Johann W. **Dalla mia vita.** Poesia e verità (a cura di Enrico Ganni). Turim: Einaudi Editore, 2018.

WRIGHT MILLS, Charles. **La imaginación sociológica**. Cuidad de México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

ZAMORANO FARÍAS, Raúl**.** Dilemas políticos sobre los movimientos sociales. El accionar colectivo de los sectores populares en el Chile de los años ochenta. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 63, n. 3, p. 201-237, jul. 1999.

ZAMORANO FARÍAS, Raúl. Reformas y decisiones. Una propuesta para la discusión. *In*: Coloquio Internacional Modelos de integración, reformas y decisiones en el sistema educativo superior: Europa y América Latina, Universidad Pedagógica Nacional (23 de abril), 2024.

ZAMORANO FARÍAS, Raúl. Desparadojización de la forma paradoja. **World Complexity Science Academy Journal** (WCSA special number), 2021.